

GÊNERO: ACEPÇÕES E CONSIDERAÇÕES

Sandra Lourenço¹
slourenco@unicentro.br

Resumo: Este artigo traz algumas reflexões sobre o conceito de gênero e suas diversas expressões, tendo em vista o sistema de exploração-dominação pautado no tripé: capitalismo, patriarcado e racismo. Após uma breve revisão da construção da categoria gênero nas ciências sociais, são estabelecidos alguns pontos de análise que fundamentam a discussão: definições do conceito e sistema de exploração-dominação. Este trabalho considera a questão de gênero como uma categoria ontológica e histórica, que tem seu referente primeiro no sexo e que, devido às mediações históricas, afastou-se desse, instituindo-se e instituindo a construção cultural de socialização do masculino e do feminino, permeados por relações de poder.

Palavras-chave: gênero; patriarcado; poder

Abstract: This article presents some reflections about the concept of gender and its many expressions, focusing on the exploration-domination system that thrives on the triad capitalism, patriarchy and racism. After a brief review of the construction of the gender category in the Social Sciences, some points of analysis are established to inform the discussion: definitions of the concept and exploration-dominance system. This work considers that gender is an ontological and historical category, which finds its primary referent in sex and that, due to the historical mediations, has moved away from it, establishing and being established by the cultural construction of socialization of the masculine and the feminine, permeated by power relations.

Key-words: gender; patriarchy; power

¹ Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS, docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus Guarapuava/PR.

1 INTRODUÇÃO

O processo de socialização, a que todos os seres humanos estão submetidos, remete-nos a consideração de aspectos de enquadramento, engessamento de padrões, comportamentos, valores, conceitos, expectativas de vida, até mesmo, de sentimentos.

Verifica-se que a socialização traz consigo uma construção das perspectivas inerentes ao ser homem e ao ser mulher, aprisionando, assim, ilusoriamente, as pessoas e sua dimensão dinâmica de compreensão da vida, incidindo na capacidade dos seres sociais que se encontram em permanente movimento, em constante busca de superação do já conhecido, do já vivido e de suas percepções pré-estabelecidas ou aceitas pelo coletivo, ficando pautados em um processo de formatação do feminino e masculino.

De acordo com SAFFIOTI (1997b, p. 39-40), essa organização social incide na construção de várias gramáticas norteadoras do comportamento de homens e mulheres, de brancos e negros, de ricos e pobres, de crianças, adultos, idosos, entre outras, sendo que as três principais são as seguintes:

1. A gramática sexual ou de gênero, que regula as relações entre homens e mulheres, as relações entre homens e as relações entre mulheres, especificando as condutas socialmente aceitáveis quanto ao sexo...
2. A de etnia, que define as relações, por exemplo, entre brancos e negros, determinando que estes obedeçam àqueles. Brancos e negros pertencem a etnias diferentes que são socialmente hierarquizadas...
3. A de classe social, cujas leis exigem comportamentos distintos dos pobres e dos ricos. Estes, para se manterem no poder, precisam dominar/explorar os pobres. O processo de dominação/exploração faz parte integrante da divisão da sociedade em classes.

Existem outras gramáticas consideradas secundárias, como a que se refere à dimensão geracional, entretanto a diferença é que essa comporta um elemento diverso das três principais: a transitoriedade.

Dentre essas gramáticas, pretende-se, neste texto, apontar brevemente algumas das principais reflexões acerca da categoria gênero, procurando explicitar pontualmente determinadas acepções que se entende como centrais sem, obviamente, a pretensão de esgotar essa discussão.

Vale ressaltar que, ao analisar a categoria gênero, depara-se com diversos estudos realizados na antropologia, na historiografia, nas ciências sociais, entre outras. Há inclusive um debate rico nesse campo gerando várias polêmicas, cuja diversidade conceitual sugere estudos, debates e reflexões que oportunizem o diálogo pluralista e o seu adensamento do ponto de vista teórico.

Pretende-se, neste momento, apenas apresentar alguns apontamentos sobre esse debate, lembrando-se que o olhar sob a óptica de gênero que se busca, não se refere apenas a

[...] extensão dos direitos humanos às mulheres, como se a questão fosse meramente quantitativa. Trata-se de uma nova concepção de direitos humanos, que, não somente inclui as mulheres, como também gera espaço para a vivência das diferenças de gênero socialmente construídas num contexto de igualdade social (SAFFIOTI et alli, 1995, p. 24).

2 SISTEMA DE EXPLORAÇÃO-DOMINAÇÃO

A compreensão do sistema de dominação-exploração faz-se necessária neste trabalho, haja vista a análise da categoria gênero como constitutiva do mesmo, entretanto não é possível abordá-la sem mencionar a questão de classe e de etnia, como contradições que complexificam as relações sociais.

Cabe destaque no sentido de que, as categorias (classe e etnia) serão apenas citadas sem maiores aprofundamentos, já que a intenção neste trabalho não é a de adensar essa discussão, mas se reportar brevemente a elas, no sentido de tornar clara a compreensão do sistema de dominação-exploração.

De acordo com SAFFIOTI (1987), o sistema de exploração-dominação, está pautado no esquema gênero-classe-etnia.

Torna-se necessário retomarmos a relação simbiótica, caracterizada pelos três esquemas básicos de dominação-exploração atuantes na sociedade, sendo eles: o patriarcado, o racismo e o capitalismo.

O patriarcado aponta para a dominação da mulher pelo homem, cuja prática se desenvolve a aproximadamente seis milênios, principalmente quando se trata do poder político e econômico, envolvendo as tomadas de decisão. Ficam destinados à mulher os mais baixos salários, pois, mesmo nas ocupações/funções equivalentes as dos homens, as mulheres perfazem salários mais baixos que os deles.

HARTMANN (1979, p. 232) define patriarcado como sendo um “[...] conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres”.

Entende-se que a existência da relação patriarcal, ainda que mitigada, incide não somente na hierarquização entre os sexos, mas na contradição de seus interesses, isto é, na manutenção do *status quo* para o homem e a busca pela igualdade entre os sexos, pela mulher.

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

O patriarcado enovela-se com o racismo e com a desigualdade entre as classes sociais não de forma quantitativa, mas na realidade compósita que resulta dessa junção:

[...] o conceito de superexploração torna-se insuficiente para dar conta da realidade, já que os fenômenos de discriminação não são somente quantitativos, mas também qualitativos (os movimentos de desqualificação/super-qualificação não são mais ou menos fortes segundo os sexos, eles caminham em sentidos diferentes): a divisão técnica e social do trabalho justapõe-se muito estreitamente à divisão sexual do trabalho. ... O universo do trabalho das operárias forma um sistema no qual capitalismo e patriarcado se substituem (trabalham alternadamente) para explorar dominando e dominar explorando; portanto, sistema integrado, no qual as barreiras sociais não são praticamente nem passíveis de derrubada nem mesmo contornáveis pelas mulheres operárias (KERGOAT, 1978, p. 77).

No tocante ao capitalismo, depara-se com o traço comum, presente na classe dominante em seus diversos segmentos, que não são homogêneos, cujas singularidades consistem na sua capacidade e competência para dominar e explorar a classe subalterna.

A subordinação daqueles que vendem sua força de trabalho no mercado, é absolutamente necessária para que haja a exploração, através da qual, as classes dominantes obtêm lucro e se efetivam enquanto tais. Há também, nestas, aspectos heterogêneos. As classes médias possuem um traço em comum: seus trabalhadores não estão ligados diretamente ao processo produtivo, porém, têm em comum com o operariado o fato de que ambos são dominados pelas diferentes frações da burguesia.

Assim, tanto a classe média, quanto o operariado e os excluídos do processo produtivo estão submetidos a uma ideologia conservadora, de aprovação do esquema de dominação-exploração. Vale ressaltar, que as mudanças aspiradas por parcelas significativas da sociedade, acabam por serem solapadas pelas posições sociais de algumas frações da classe média. Dessa forma, os choques entre as classes e segmentos de classe, contribuem para atrasar as conquistas da classe trabalhadora.

Tendo em vista a divisão sexual do trabalho, percebe-se que ao se tratar da produção, esse campo é destinado, predominantemente aos homens, aos quais é atribuída, historicamente, a esfera pública. Enquanto que à mulher, fica restrito o campo da reprodução, não só biológica, mas também dos aspectos culturais e sociais a serem perpetuados pelas gerações.

Pode-se questionar essa postura dicotomizadora entre a produção e a reprodução, uma vez que essas categorias formam uma totalidade no mundo das relações sociais. Embora a mulher venha assumindo significativos espaços na esfera pública, ainda há muitas conquistas a serem efetuadas.

As relações sociais entre homens e mulheres, nessas condições, tornam-se desiguais, enfim, de sujeitamento. É imprescindível compreender que esse fenômeno da subordinação passa às classes sociais e etnias.

A questão étnica, também, compõe o sistema de exploração-dominância. Em termos de racismo, na sociedade brasileira não são apenas os negros e mulatos que sofrem discriminações, mas também índios, asiáticos e, às vezes, europeus. Ressalva-se aqui, a mulher negra, que na sociedade brasileira ocupa a última posição, justamente por sua condição de gênero e de etnia (SAFFIOTI, 1987).

Com isso, verifica-se que “[...] todos os tipos de discriminação favorecem a maior exploração por parte dos empregadores. Isso pode ser observado não apenas no que tange ao preconceito de sexo, mas também no que diz respeito às discriminações raciais” (SAFFIOTI, 1987, p. 51).

Esses sistemas de dominação-exploração, “[...] na realidade concreta, são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação – exploração, denominado patriarcado – racismo-capitalismo” (SAFFIOTI, 1987, p. 60).

Assim, o machismo presente nas relações sociais entre os homens e mulheres, contribui para a manutenção do poder e do quadro de desigualdades existentes, quer no que se refere às relações homem-mulher, entre as etnias e as classes sociais. Esses três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira, que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais (SAFFIOTI, 1987).

3 GÊNERO: BREVES APROXIMAÇÕES

Cabe, nesse momento, deter-se nas acepções acerca da categoria gênero, que foi formulado inicialmente por STOLLER (1968).

Com o surgimento dos núcleos de estudos sobre a condição feminina nas universidades, tal conceito passou a ser utilizado por diversos autores e estudiosos, cujo foco de análise são as relações sociais entre homens e mulheres, trazendo consigo a possibilidade de explicar as diferenças construídas entre o ser-homem e o ser-mulher, a partir do próprio processo de socialização, bem como de refletir a respeito desses conflitos cotidianos, vinculados não somente ao aspecto biológico, puramente natural, mas repleto de determinantes culturais, como afirma SAFFIOTI (1994, p. 271-2), ao reportar-se à necessidade de abordar as diferenças biológicas “[...] como fruto de uma convivência social mediada pela cultura”.

Em 1975, RUBIN (1975, p. 203-204) publicou um artigo que se tornou contributivo para os estudos de gênero, definindo-o como

[...] um conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (p. 159). [...] qualquer sociedade terá algumas maneiras sistemáticas de lidar com sexo, gênero e bebês. Tal sistema pode ser sexualmente igualitário, pelo menos em teoria, ou pode ser ‘sexualmente estratificado’, como parece ser o caso da maioria ou de todos os exemplos conhecidos. Mas é importante – mesmo diante de uma desalentadora história – manter a distinção entre a necessidade e a capacidade humanas de criar um mundo sexual e as formas empiricamente opressivas nas quais têm sido organizados os mundos sexuais. Patriarcado compreende ambos os significados em um mesmo termo. Sistema de sexo/gênero, de outra parte, é um termo neutro que se refere ao terreno e indica que a opressão não é inevitável neste domínio, mas é o produto de relações sociais específicas que o organizam (p. 168). O sistema de sexo/gênero não é imutavelmente opressivo e perdeu muito de sua função tradicional. Entretanto, ele não desaparecerá na ausência de oposição. Ele ainda leva consigo a carga social de sexo e gênero, da socialização dos imaturos e do fornecimento das proposições fundamentais sobre a natureza dos próprios seres humanos. E ele serve fins econômicos e políticos diferentes daqueles que ele foi destinado, originariamente, a promover. O sistema de sexo/gênero deve ser reorganizado por meio da ação política.

Acredita-se que, diferentemente do apontado por RUBIN, haja uma dicotomização entre o sexo biológico e gênero, haja vista que não existe uma sexualidade biológica, independente do contexto social em que é exercida. Parte-se do pressuposto de que gênero é uma categoria ontológica, que tem seu referente primeiro no sexo e que, devido às mediações históricas, afastou-se desse, instituindo-se e instituindo a construção cultural de socialização do masculino e feminino, do ser-mulher e do ser-homem, permeados por relações de poder, constituindo-se, portanto, em uma gramática sexual que rege as relações entre mulher-mulher, homem-homem e mulher-homem (SAFFIOTI, 1997a).

No que concerne ao feminino e ao masculino, há o processo de formação do homem e da mulher, que desde a gestação são orientados a agir, sentir e pensar conforme os preceitos sociais. A normatização social procura determinar, inclusive as cores das roupas dos bebês, o comportamento do sujeito, suas opções de vida pessoal e profissional etc. A perspectiva de gênero está posta na vida das pessoas como a classe e a etnia.

Essas determinações culturais ressaltam as diferenças biológicas no decorrer dos tempos, construindo uma sociedade baseada na falocracia, entendida como o poder racional identificado com o falo, com o sexo masculino e seu domínio, havendo, desse modo, uma relação de poder, no qual o homem é o ser-pensante, ressaltando-se a sua capacidade cognitiva e, em contrapartida, a mulher é aquela comandada, uma vez que a emoção é percebida como sua característica natural e subalterna, reforçando a necessidade

do comando objetivo do homem, apesar de que, atualmente, verifica-se que há uma nova compreensão da importância do fator emocional, da sensibilidade no âmbito da vida cotidiana.

Tendo em vista a divisão sexual do trabalho, percebe-se que ao se tratar da produção, esse campo é destinado, predominantemente aos homens, aos quais é atribuída, historicamente, a esfera pública, enquanto que à mulher, fica restrito o campo da reprodução, não só biológica, mas também dos aspectos culturais e sociais a serem perpetuados pelas gerações.

Pode-se questionar essa postura dicotomizadora entre a produção e a reprodução, uma vez que essas categorias formam uma totalidade no mundo das relações sociais.

Embora a mulher venha assumindo significativos espaços na esfera pública, ainda há muitas conquistas a serem efetuadas, uma vez que, essas conquistas somente poderão ser consideradas efetivas, a partir do momento que envolverem a mulher enquanto categoria e não somente como casos isolados.

As relações sociais entre homens e mulheres nessas condições tornam-se desiguais, enfim, de sujeitamento. É imprescindível compreender que esse fenômeno da subordinação é repassado às classes sociais e etnias. SAFFIOTI (1987, p. 23) afirma que há interesse na existência da discriminação de mulheres, negros e homossexuais, pois “...quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários”.

A mesma autora afirma, ainda, que sem dúvida, “...o machismo do trabalhador volta-se contra ele mesmo: primeiro, porque ele paga um preço excessivamente alto para mandar na mulher; segundo, porque a supremacia masculina impede, ou pelo menos dificulta, o avanço das lutas das classes trabalhadoras” (SAFFIOTI, 1987, p. 23).

IAMAMOTO (1998, p. 72) aborda a questão da reprodução das relações sociais, afirmando que essa reprodução não se restringe à reprodução da força viva do trabalho e dos meios objetivos de produção, mas engloba também a reprodução da produção espiritual, isto é, das “...formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção... [envolvendo assim] ...o cotidiano da vida em sociedade”.

Nesse cotidiano, é que a reprodução das relações sociais presentifica um movimento constante,

[...] pois implicam luta de interesses econômicos, poder, raça, etnias, gênero, disciplinas, ideologias e, por isso mesmo, sujeitas a contra-hegemonia, resistência, indisciplina, questionamento, abrindo espaço, assim para a mudança em relações instituintes de um novo modo de produzir a vida, os bens e os seres humanos (FALEIROS, 1997, p. 46).

Dessa forma, FALEIROS (1997) aponta para as possibilidades de mudança que podem ocorrer no cotidiano dos sujeitos sociais em sua condição de classe, raça/etnia e gênero.

Muitas foram as tentativas e conquistas no decorrer do processo histórico da humanidade, consideradas aproximações ao rompimento com o esquema de dominação-exploração, apesar de serem mantidas obscuras. Entretanto, há que se buscar permanentemente estratégias para se conquistar o respeito e a equidade de direitos entre homens e mulheres, sem perder de vista a questão da etnia, e classe social.

4 ACEPÇÕES DE GÊNERO

Existem diversas discussões sobre as acepções de gênero. Buscar-se-á destacar neste trabalho algumas delas, com o intuito de apontar brevemente suas contraposições.

Inicialmente, destaca-se a acepção considerada a de contingentes humanos diferentes, tratando da descrição do processo de socialização transformador da criança em homem ou mulher, tomando por base a referência biológica, envolvendo a anatomia e a fisiologia.

O trabalho da sociedade para construir o homem e a mulher se baseia naquilo que anatomicamente está aparente. Nessa medida, a sociedade já construiu dois contingentes formatados para serem de uma maneira ou de outra. Esse feminismo da diferença, enfoca as diferenças biológicas entre homens e mulheres, homogeneizando-os internamente e ressaltando a maternagem da mulher, como sendo algo constitutivo dela.

De acordo com CHODOROW (1990, p. 25):

[...] podemos definir e articular certas amplas e universais assimetrias dos sexos na organização social do gênero, em decorrência da maternação das mulheres. A maternação das mulheres determina a posição principal das mulheres na esfera doméstica e cria a base para a diferenciação estrutural das esferas doméstica e pública. Mas essas esferas operam hierarquicamente... Cultural e politicamente a esfera pública domina a doméstica e, portanto, os homens dominam as mulheres.

A discussão do processo de socialização remete-nos ao conceito de gênero, entendido como sendo a construção do campo demarcado do ser mulher e do ser homem, com determinados padrões de comportamentos pré-estabelecidos para ambos, como afirma HEILBORN (1992, p. 98), a respeito do termo gênero, que “[...] significa aqui a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e à dimensão biológica dos seres humanos”. Essa concepção, difundida por GILLIGAN e CHODOROW entre outras, baseia-se apenas em diferenças atribuídas a ambos os sexos, consideradas a partir da naturalização do social, reduzindo a compreensão do ser homem e do ser mulher às

características físicas, assim os aspectos físicos e materiais do corpo passam a justificar a natureza do indivíduo, sendo tomadas como referentes centrais para as explicações das diferenças entre homens e mulheres (BEAUVOIR, 1949).

A compreensão da diferença entre os seres a partir do aspecto físico, por serem considerados elementos formatadores da natureza humana, limita as possibilidades de luta contra os papéis do homem e da mulher e incorre na generalização dos traços típicos de homens e mulheres, homogeneizando-os e considerando-os como dois pólos distintos, tendo em vista especialmente a presença ou ausência da força física, de urgências hormonais ou processos associados à gestação, parto e amamentação (CARVALHO, 1999).

Uma segunda acepção é a que considera gênero como uma categoria histórica, dentro de uma perspectiva cultural. De acordo com SCOTT (1990, p. 14), gênero é uma categoria que se refere a um conjunto de significados e de símbolos construídos sobre a base da percepção da diferença sexual, porém ampliando-o com a compreensão cultural e histórica, considerando-o como uma categoria de análise. Conforme Scott, “[...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e... é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Ainda de acordo com SCOTT (1990, p. 16 e 18), “[...] o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado... Estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social... As estruturas hierárquicas repousam sobre percepções generalizadas da relação pretensamente natural entre masculino e feminino”.

Essa é uma concepção interessante, na qual se analisa o processo de construção histórico e cultural, abordando a relação de poder existente entre os sexos, numa perspectiva analítica.

Nesse sentido, SCOTT (1990) esclarece que gênero implica em quatro elementos, numa proposição inicial. O primeiro, refere-se aos símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas e contraditórias. O segundo, sobre os conceitos normativos que evidenciam as interpretações do sentido dos símbolos, expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, com combinação binária do masculino e feminino. Um terceiro aspecto, reporta-se à análise da natureza do debate ou repressão, produzindo a aparência de uma eternização na representação binária do gênero, devendo incluir uma noção de política e uma referência às instituições e à organização social. Por fim, um quarto elemento: a identidade subjetiva, devendo-se estudar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são construídas e relacioná-las com as representações sociais, organizações, entre outras, historicamente situadas.

SCOTT (1990, p. 16) sintetiza essas idéias, afirmando que:

[...] estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que estas referências estabelecem distribuições de

poder [um controle ou um acesso diferencial às fontes materiais e simbólicas], o gênero torna-se envolvido na concepção e na construção do poder em si mesmo.

Ao se abordar as considerações a respeito da distribuição de poder, faz-se necessário afirmar que gênero

[...] não deixa de ser uma dimensão decisiva da organização da igualdade e da desigualdade. As estruturas hierárquicas repousam sobre percepções generalizadas da relação pretensamente natural entre masculino e feminino... [Assim], o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não somente o sexo, mas também a classe e a raça (SCOTT, 1990, p. 18-19).

SAFFIOTI (1997a) vai além das reflexões realizadas por essa autora, afirmando que gênero é uma categoria ontológica, histórica e não só de análise. Gênero está vinculado à natureza transformada pela cultura.

Ao abordar a categoria gênero como ontológica, faz-se necessário retomar este conceito.

De acordo com LUKÁCS (1976), as três esferas ontológicas: a inorgânica, a orgânica e o ser social, apesar de suas diferenças necessitam-se mutuamente. Mesmo que a inorgânica não implique produção, ou vida; que na orgânica haja a produção e no ser social haja a dimensão teleológica, constituem uma unidade. Leva-se em consideração o ser humano como sujeito de decisões, possuidor da capacidade de transformação do mundo de forma consciente, é intrinsecamente e inegavelmente natural e, portanto sua base biológica da vida permanece intacta na esfera social.

Em uma de suas publicações, SAFFIOTI (1991, p.153), ao se reportar à discussão do esquema de gênero, afirma que esta

[...] implica a aprendizagem não apenas dos atributos conferidos e dos papéis sociais atribuídos ao gênero de uma pessoa, mas o domínio de um esquema de gênero que prescreve condutas para representantes dos dois gêneros. A teoria do esquema de gênero não busca identificar conteúdos de atributos e papéis prescritos para homens e mulheres, mas procura se concentrar no processo de enquadramento dos indivíduos. Isto é, o núcleo desta teoria consiste no processo de divisão do mundo em masculino e feminino, independentemente dos conteúdos de cada uma destas categorias.

Ao focar o aspecto ontológico do gênero, SAFFIOTI (1991, p. 164-165) afirma que:

Se a relação eu-outro(s) passa a ser central na concepção do ser social, cada agente social não é senão a história de suas relações com o mundo que o cerca, com tudo que este mundo contém... Nos processos sociais levados a cabo

pelos atores humanos utilizam-se produtos legados pelas gerações passadas, como também fabricam-se novos produtos...que vão desde conhecimentos científicos, passando por ideologias de gênero, raciais e de classe...A relação entre um homem e uma mulher, marcada pelas desigualdades de gênero, pode apresentar similitudes nos domínios da raça e da classe.

Entende-se, portanto, gênero como categoria ontológica e histórica, tendo como referente o sexo, do qual se distanciou por conta das mediações históricas, incidindo numa dinâmica de poder. Entende-se que gênero é constituinte e constituído pelas, nas e através das relações sociais, sendo portanto onipresente. A ontologia apresentada por LUKÁCS (1979) permite ver que os seres humanos continuam a pertencer à natureza e inclui as três esferas ontológicas, distinguindo ainda duas posições: uma que se refere à natureza, para a satisfação das necessidades e outra que visa moldar a conduta, atingindo, portanto, a dimensão da consciência e as posições, cujo alvo é a consciência dos outros, na tentativa de modelar-lhes a conduta, onde encontramos paradoxalmente a criação e a possibilidade de superação do destino de gênero atribuído à mulher.

Verifica-se, ainda, que a categoria gênero vai além do patriarcado já que neste há uma relação de controle e de medo e, no primeiro há também relações entre iguais, não necessariamente patriarcais.

É imprescindível, assim, considerar que a categoria gênero pode ser caracterizada como patriarcal, sendo este um caso específico de relações de gênero.

Assim, a categoria gênero pode ser pensada em várias perspectivas. Aqui destacou-se apenas algumas delas.

5 CONCLUSÃO

Elencaram-se, neste trabalho, algumas acepções de gênero que se baseiam numa análise biológica, histórica e/ou ontológica. Há diversos estudos que analisam profundamente concepções sobre essa categoria. Alguns, inclusive que se encontram citados nas referências bibliográficas deste trabalho. Entretanto, considerou-se necessário apresentar um texto que sistematizasse algumas dessas acepções, tendo em vista, facilitar a aproximação, especialmente dos acadêmicos, instigando a busca por estudos aprofundados sobre esta temática.

Pressupõe-se que, para analisar a categoria gênero, é necessário pautar-se na consideração de que esta torna-se relevante à medida que, sendo uma categoria ontológica e histórica, presentifica-se, também, no sistema de dominação-exploração, pautado no patriarcado-racismo-capitalismo, imprimindo uma direção de subordinação e opressão da mulher.

Assim, verifica-se que é fundamental analisar as contradições de classe-etnia-gênero como interdependentes na realidade historicamente constituída.

Se, por um lado, o patriarcado que imprime relações de controle e de medo, se presentificou na vida social por meio da estrutura de poder, o capitalismo imprimiu a lógica de mercado às relações sociais, cuja questão central: a desigualdade, é instituída também pela discriminação que compõem a dimensão raça/etnia.

Portanto, acredita-se que, tendo em vista a análise da totalidade da realidade, não deve haver a primazia entre as categorias componentes do sistema de dominação-exploração. Assim, a análise das relações de gênero não prescinde da análise da classe e de raça/etnia.

O entendimento teórico da categoria gênero certamente contribui para a compreensão da dinâmica social. Isso, porque a questão de gênero está contida no núcleo da compreensão das formas de exploração-dominação e na luta pela sua superação, uma vez que é concebido como uma relação entre sujeitos historicamente situados. Portanto, é

[...] fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero. Diferentemente do que se pensa com frequência, o gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher. Deste modo, a violência cometida por uma mulher contra outra é tão produzida pelo gênero quanto a violência perpetrada por um homem contra uma mulher. A adequada compreensão desse fenômeno responderá pela formulação de estratégias de luta com maior potencial de êxito, enquanto a singularização do inimigo pode fazer perder de vista o nó constituído pelas três contradições básicas: gênero, raça/etnia, classe social (SAFFIOTI, 1994, p. 275-276).

A superação do machismo e do racismo pode ser considerada uma estratégia de luta, pois para os detentores do poder, a existência de categorias sociais discriminadas como as de mulheres, de negros, de homossexuais constituem-se em contributos para a subalternização e sujeitamento às más condições de trabalho e aos baixos salários, já que, nessa proposta, o foco de luta está voltado para os fatores internos e não para a estrutura do sistema de exploração-dominação.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Trad: MILLIET, S. 8.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. 309p. Tradução de LIFEL.

CARVALHO, M. P. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999. 247p.

CHODOROW, N. **Psicanálise da maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em serviço social**. São Paulo: Cortez, 1997. 208 p.

HARTMANN, H. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union, *Capital and Class*, N° 8, p. 1-33. Versão muito semelhante foi publicada em 1981, In: SARGENT, L. (Org.) **Women and revolution – A discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism**. Boston: South End Press, 1979, p. 1-42.

HEILBORN, M. L. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: BRUSHINI, C.; COSTA, A. (Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: F.C.C., 1992.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez. 1998. 326p.

KERGOAT, D. **Ouvriers = ouvrières?** Critiques de l'économie politique, Nouvelle série n° 5, Paris, 1978 p. 65-97.

LUKÁCS, G. **Per una ontologia dell'essere sociale**. Roma: E. Riuniti, 1979.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the "Political Economy" of sex. In: REITER, R. R. (Org.) **Toward an anthropology of women**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SAFFIOTI, H. I. B.; VARGAS, M. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. 284p.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero, poder e impunidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. 218p.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de gênero**: lugar da práxis na construção da subjetividade. *Revista Lutas Sociais*, v.2, 1997 a.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 120p.

_____. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: **Seminário: Mulher em Seis Tempos**, Araraquara, 1991. p.141-176.

_____. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: **Violência em debate**. KUPSTAS, M. (Org.) 3.ed. São Paulo: Moderna, 1997 b. P. 39 – 54.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre. v. 2. 1990. P. 05-22.

STOLLER, R. **Sex and gender**. New York: Aronson, 1968.